



ADEP-MS

ADEP-MS NEWS

9ª EDIÇÃO - NOVEMBRO E DEZEMBRO 2021





Discurso de despedida Dra. Linda Maria Silva Costa Rabelo

Quero em primeiro lugar saudar a nova diretoria da ADEP-MS (Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul), em nome da presidente eleita, Dra. Olga Lemos Cardoso de Marco. Cumprimento todas as associadas e associados que até aqui permaneceram firmes e fortes na Associação.

Parabenizo a Dra. Olga pela vitória democrática e justa. Sua conquista é resultado dos desafios que se propôs a enfrentar por nós e para nós. Muito obrigada por lutar pela nossa associação.

Parabenizo, também, todos os membros da diretoria executiva, do conselho deliberativo e do conselho fiscal que hoje tomam posse. Meu desejo é que todos possam seguir nos representando e buscando um futuro melhor.

Agradeço a diretoria executiva que hoje se despede do ônus de administrar a nossa tão querida entidade. E que o fez, nesse mandato, com afinco e devoção uma vez que passamos horas em reuniões virtuais, cujos assuntos exigiram dos integrantes decisões inusitadas diante de fatos novos para os quais não havia precedentes, como por exemplo o uso de plataformas digitais para realização de assembleias e eleições.

Hoje encerro mais um ciclo. Foram quase dois anos de muita determinação. Lidamos com um mandato em plena pandemia, com atos políticos e construções legislativas devastadoras em desfavor das defensoras e defensores públicos. Com tudo isso, descobri uma força que jamais pensei ser dona.

Presenteamos dentro das nossas permissões, estivemos presentes mesmo sem estar fisicamente presentes, alçamos melhorias e conquistamos muitas coisas. Tivemos de nos reinventar sem saber ao certo como, mas conseguimos.

Ao assumir o compromisso de bem administrar a associação o fiz por um profundo respeito e consideração com essa entidade que representa o melhor de cada um dos seus associados; lutas políticas, amarguras e decepções foram vivenciadas nesse auditório que abriga o anseio de cada um que ingressa nessa valorosa carreira. Também ao pé dessa majestosa mangueira muito foi celebrado; trajetórias foram definidas e êxitos foram comemorados.

Vencemos e terminamos o ano com a sensação de dever cumprido. Agora, é a vez de uma nova equipe assumir o leme, novos rumos devem ser desenhados; e desejamos que muito mais conquistas sejam alcançadas sempre almejando o melhor. A ADEP-MS está em constante evolução e precisa cada vez mais do apoio das associadas e associados para se manter firme e forte. Os mares revoltos demandam navegadores experientes. E as Defensoras e Defensores Públicos de MS são exímios timoneiros.

É chegada a hora de passar a bola, de observar o novo chegando e rezar com devoção, rogando a Deus, sabedoria e muita boa vontade aos colegas que agora se dispõem a doar tempo e dedicação na condução das lutas associativas e institucionais que se avizinham.

Aprendi uma grande lição nesse tempo ido, e aproveito a oportunidade para compartilhar, “o jogo só acaba, quando termina” disse a Defensora Pública, Dra. Patrícia Cozzolino, diante de um cenário devastador e de uma desesperança total. E como dito, antes de acabar, no último segundo, estávamos modificando o texto legislativo a nosso favor.

Daí vem a certeza de que contra o medo, a coragem; e também a definição atual e constante do que é ser defensor público, desanimar não nos é permitido pois abraçamos com carinho e determinação a defesa de direitos daqueles que nada tem e o que tem representa o tudo.

A ADEP merece de todos as Defensoras e Defensores Públicos respeito, dedicação e um eterno voto de confiança. Sempre é tempo de acreditar e investir para que possamos ter um cuidador forte, inteligente e determinado. Pois além da associação, quem poderá acolher e lutar por nós até o último instante do jogo?

Muito Obrigada pela oportunidade de trabalhar e servir! Que 2022 seja um ano de muitas realizações! Que o biênio a ser comandado pela Diretoria empossada seja o melhor da nossa vida associativa. Viva a ADEP-MS!





Nova Diretoria da ADEP-MS é empossada e celebra as grandes conquistas associativas

A nova diretoria da ADEP-MS (Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul), presidida pela Dra. Olga Lemos Cardoso de Marco, tomou posse nesta sexta-feira, dia 10 de dezembro. A solenidade aconteceu no auditório da Associação (Rua Flávio de Matos, 1755, Jd. Paulista) e também teve transmissão pela plataforma online Teams.

Foi um final de tarde de muita alegria, comemoração e de relembrar histórias e lutas institucionais que fizeram muitos se emocionarem. A solenidade contou com uma mesa composta apenas por mulheres, sendo elas: Kasla Garcia Gomes Tiago de Souza, coordenadora Geral do FOCATE-MS (Fórum Sul-mato-Grossense das Carreiras Típicas de Estado); Carla Stephanini, Subsecretária de Políticas para Mulheres; Dra. Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, Defensora Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul; e Raquel Magrini, presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica - MS.

A solenidade também contou com a presença física e virtual das Defensoras e Defensores Públicos, associadas e associados da ADEP-MS, a Presidenta da ANADEP (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos) - Rivana Ricarte, familiares e amigos dos empossados e a banda do corpo de bombeiros.

A chapa "EM DEFESA DA ADEP-MS - PASSADO, PRESENTE E FUTURO" irá presidir a instituição no biênio 2022/2023. Integram a Diretoria Executiva a Presidente - Olga Lemos Cardoso de Marco; 1º Vice-Presidente - Flavio Antonio de Oliveira; 2º Vice-Presidente - Albertino Henrique Gomes; 1ª Secretária - Sandra Regina Santos de Vasconcelos; 2º secretário - Hiram Cabrita de Santana; 1º Tesoureiro - Darcy Terra Fernandes; 2º Tesoureiro - Antonio Cesar Bauermeister de Araújo.

Conselho Deliberativo: Presidente - Olga Lemos Cardoso de Marco; Membros - Jamile Gonçalves Serra Azul; Leonardo Ferreira Mendes; Gabriela Noronha de Souza e Humberto Bernardino de Sena.

Conselho Fiscal: Membros Titulares - Astolfo Lopes Cansado Neto; Sandra Alves Elias; Mariza Gonçalves; Membros Suplentes - Maria Clara de Moraes Porfírio; Inês Batisti Dantas Vieira e Antonio Farias de Souza.

Início de um novo ciclo

Durante seu discurso de despedida, a ex-presidente da ADEP-MS, Linda Maria Silva Costa Rabelo, agradeceu pelo tempo em que ficou frente às lutas e conquistas associativas, e também deixou sua mensagem de apoio e cumprimento à nova diretoria que assume o posto.



Hoje encerro mais um ciclo, foram quase dois anos de muita determinação. Vencemos e terminamos o ano com a sensação de dever cumprido, fizemos tudo que estava ao nosso alcance. Agora, passamos a vez para uma nova equipe e desejamos que muito mais conquistas sejam almejadas. A ADEP-MS está em constante evolução e precisa cada vez mais do apoio das associadas e associados para se manter firme e forte”, afirma Linda.

“Parabenizo a Dra. Olga pela vitória democrática e justa. Sua conquista é resultado dos desafios que se propôs a enfrentar por nós e para nós. Muito obrigada por lutar pela nossa associação. Parabenizo, também, todos os membros da diretoria executiva, do conselho deliberativo e do conselho fiscal que hoje tomam posse. Meu desejo é que todos possam seguir nos representando e buscando um futuro melhor”, complementa.

Olga Lemos Cardoso de Marco, empossada presidente da Associação, lembrou durante o discurso de posse sua jornada na ADEP-MS, sempre ativa e na busca incessante pela defesa da classe. “Muitas demandas institucionais foram discutidas e pude representar meus colegas na maioria delas. Para mim foi e continua sendo uma honra colaborar com a defesa dos nossos interesses”, pontua.

“Para esta nova etapa, a qual acabo de estrear, peço o apoio das associadas e associados, para que permaneçam obstinados, de mãos dadas e caminhando ao meu lado no biênio 2022/2023. E aos que se afastaram, por qualquer motivo que seja, peço que retornem e somem conosco nessa nova fase que se inicia para a ADEP-MS. Precisamos de todas e todos unidos. Estaremos juntos na busca da manutenção dos direitos e vantagens já conquistados, e seguiremos angariando novas realizações”, enaltece a presidente.



A Dra. Olga de Marco, aproveitou o ensejo de sua fala e presenteou a Dra. Linda com lindas orquídeas em gratidão a todo o apoio e parceria nos últimos tempos, principalmente neste mandato que se encerrou na qual foi vice-presidente. Na oportunidade, a secretária Eliana Vilela também foi reconhecida e presenteada em decorrência a todo trabalho prestado ao longo dos 26 anos atuando na ADEP-MS.

Reconhecimentos e apoio

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, também fez uso da palavra durante a solenidade e destacou os trabalhos da Dra. Linda Maria, bem como parabenizou e desejou sucesso nessa nova jornada que se inicia no mandato da Dra. Olga de Marco. Na oportunidade, Rivana também destacou o início da Associação Nacional, que surgiu por Defensoras e Defensores Públicos do estado de Mato Grosso do Sul.

“Quero parabenizar a Dra. Linda pela gestão feita nesses dois anos e também estender os votos à nova gestão da Dra. Olga, que seja muito próspera e que juntas possamos ter uma ADEP-MS cada vez mais forte e espelho às outras Associações. Esperamos que as Defensoras e Defensores Públicos do Mato Grosso do Sul consigam cada vez mais a valorização dentro do sistema de justiça. Meus votos de vida longa a ADEP-MS”, diz a presidenta da ANADEP.

“Não podemos esquecer de honrar a figura da primeira presidenta da ANADEP, Dra. Suely Neder, Defensora Pública do Mato Grosso do Sul. A ADEP-MS tem 38 anos, um ano mais velha do que a ANADEP, ela já nasceu muito fortalecida com esse espírito de luta associativa em prol das Defensoras e Defensores públicos de todo país. A Associação esteve presente em todos esses trabalhos de fortalecimento da Defensoria em âmbito nacional”, complementa.

A Defensora Pública-Geral de Mato Grosso do Sul, Dra. Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, destaca a importância de se ter uma instituição de apoio nas lutas institucionais. “A nossa associação é muito maior do que uma ideia, do que essas paredes. É um local verdadeiro onde a maioria de nós começamos. Ela é a primeira casa das Defensoras e Defensores Públicos que vêm de fora. Quantas histórias temos vividas aqui na ADEP-MS e se hoje a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul é uma referência, esse reconhecimento é antes de tudo graças a Associação”.



“Eu tenho a certeza de que estaremos em boas mãos. Se tem uma pessoa que luta mesmo sendo contra a majoritária, quando tem convicção daquilo que está realizando, é a nossa colega e hoje presidenta da associação, Dra. Olga. Como associada, estou tranquila porque sei que quando ela desembargar a espada, o fará na certeza de que está a fazer o que é melhor para as Defensoras e Defensores Públicos. Tenha em nós, a Administração da Defensoria, a parceria”, finaliza Patrícia.

Após a solenidade de posse da nova diretoria da ADEP-MS, um coquetel foi realizado no salão de festas e encerrou a noite de celebrações.



CONFIRA O RESUMO LEGISLATIVO DE 2021

PEC 186

A PEC 186 tem por objetivo conter o crescimento das despesas obrigatórias em todos os níveis de governo. Entre as medidas que atingem as servidoras e os servidores públicos estão: suspensão de progressão na carreira, proibição de concursos, vedação a pagamento de certas vantagens e vedação a recomposição salarial.

O plenário do Senado Federal aprovou, no dia 04 de março, em segundo turno, o texto substitutivo da PEC 186 (Emergencial), por 62 votos a 14 votos. A Câmara dos Deputados concluiu, no início da madrugada do dia 12 de março, a votação em segundo turno da PEC 186/219 (emergencial).

Após intensa articulação, ANADEP e CONDEGE conseguiram manter no texto as supressões e modificações obtidas no Senado que suavizam os impactos da PEC emergencial à Defensoria Pública a depender da situação fiscal de cada Estado. Na Câmara houve também a aprovação de destaque apresentado pelo Bloco que suprimiu no texto a vedação à progressão e promoção das servidoras e servidores públicos. Tal mudança beneficia servidores(as) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive no caso de se decretar estado de calamidade pública de âmbito nacional.

PEC 32

A diretoria da ANADEP reuniu-se, no dia 22 de março, com o relator da PEC 32 (reforma administrativa) na Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Darci de Matos (PSD-SC). As Defensoras e Defensores Públicos apresentaram alguns pleitos da categoria e se colocaram à disposição do Colegiado para contribuir com a proposta.

A presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte, participou, no dia 12 de abril, de reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público para discutir as estratégias da bancada em relação à PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa. Na pauta, a Frente, ao lado do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), discutiu apoio à emenda elaborada pelas entidades que visa aperfeiçoar pontos da proposta. O documento foi autenticado pelo deputado André Figueiredo (PDT-CE).

Em abril, a PEC esteve na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas sem previsão de análise no Colegiado. No dia 29 do mesmo mês, a presidenta da ANADEP participou de audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça para debater a PEC 32/2020. Ao todo foram promovidos sete debates sobre a reforma administrativa na CCJ, que terminou em 14 de maio.

A diretoria da ANADEP reuniu-se, no dia 27 de maio, com os(as) presidentes(as) das Associações Estaduais e do DF para debater sobre as estratégias de enfrentamento à PEC 32/2020 (reforma administrativa). A matéria foi aprovada, no início da semana de maio, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. Na ocasião, o parecer do deputado Darci de Matos (PSD/SC), pela admissibilidade da proposta, passou no Colegiado por 39 votos favoráveis a 26 votos contrários.

No dia 27 de maio, a presidenta da ANADEP participou de live promovida pela ADEP-MS. No bate-papo foram abordados diversos assuntos políticos e institucionais. Rivana Ricarte fez um retrospecto dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional. “Temos agora a Reforma Administrativa (PEC 32). É uma PEC que não dialoga com a melhoria do serviço público e nem de avanços. É um Projeto de Lei para atingir servidoras e servidores públicos. Ressalto que é o serviço público que o move o país. A ANADEP está mobilizada e traçando estratégias de trabalho nesta pauta.”, afirmou.

Foi instalada, no dia 9 de junho, a Comissão Especial destinada a analisar o mérito da PEC 32/2020. A matéria passou na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no fim de maio.

No dia 17 de junho, dirigentes da ANADEP, ANADEF e Fonacate reuniram-se virtualmente com o relator na Comissão Especial da PEC 32/2020, deputado Arthur Maia (DEM-BA). Na ocasião, o parlamentar ouviu as preocupações dos representantes do funcionalismo público e se mostrou sensível a alterar alguns pontos, como os “vínculos de liderança”. Maia informou que pretendia incluir membros de poder na PEC, e que muita coisa do atual texto ficaria para definição por meio de Lei Complementar ou Lei Ordinária, como a definição de Carreiras de Típicas de Estado.

O deputado Fernando Monteiro (PP-PE), presidente da Comissão Especial destinada a analisar o mérito da reforma administrativa, recebeu no dia 23 de junho representantes da ANADEP e ANADEF. No encontro, os(as) dirigentes falaram sobre os impactos da PEC 32 no serviço público e na prestação de serviços à sociedade. As Associações também se colocaram à disposição do Colegiado para contribuir com o texto por meio da apresentação de emendas e na participação de audiências públicas destinada a debater o projeto.

Fernando Monteiro concordou sobre a ampla necessidade de discussão do texto e mudanças a serem realizadas, com a inclusão das carreiras típicas do estado, reconhecendo o nível geral de crítica técnica e política que a PEC 32 tem gerado.



O FOCATE-MS (Fórum das Carreiras Típicas do Estado de Mato Grosso do Sul), na qual a ADEP-MS integra, participou no dia 28 de junho de reunião com a deputada federal Rose Modesto e na manhã do dia 29 com a deputada federal Bia Cavassa para apresentar os posicionamentos contrários à Reforma Administrativa.

A 2ª vice-presidente da ADEP-MS (Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul), Olga de Marco, apresentou durante a reunião algumas propostas de emenda à Constituição de nº 32 elaboradas em conjunto

com a ANADEP (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos). Também foram realizadas reuniões com o deputado federal Beto Pereira.



A ANADEP prosseguiu com as estratégias de enfrentamento à reforma administrativa (PEC 32/2020). O foco foi o trabalho para buscar apoios nas emendas produzidas pela entidade. As atividades legislativas foram acompanhadas pela diretoria da ANADEP, representantes da ADPEO e do CONDEGE que se reuniram na Câmara com os deputados, líderes e vice-líderes Valtenir Pereira (MDB-MT), Wellington Roberto (PL-PB), Bohn Gass (PT-RS), Rogério Correia (PT-MG), Rubens Bueno (Cidadania-PR), Celso Russomano (Republicanos-SP) e João Campos (Republicanos-GO). As diretorias da ANADEP e ANADEF também mantiveram encontros virtuais



com os deputados Darci de Matos (PSD-SC) e Diego Garcia (PODE-PR).

A ADEPES, ADEP-MS, ADEPAL, ADPERJ, ADEP-BA, ADEPAM e ADPEMA também articularam reuniões com parlamentares nas respectivas bases. Os(as) deputados(as) podem apresentar, individualmente, emendas ao projeto, se estas tiverem apoio de pelo menos 171 parlamentares.

A presidenta da ANADEP participou, no dia 06 de julho, de audiência pública na Comissão Especial destinada a analisar o mérito da PEC 32/2020. A audiência teve como objetivo discutir o regime jurídico da Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública, membros dos Tribunais de Contas e dos titulares de mandatos eletivos.

Finalizou, no dia 07 de julho, o prazo para apresentação de emendas na Comissão Especial que analisa a PEC 32/2020 (reforma administrativa). Após intensa articulação da ANADEP, ANADEF, CONDEGE, DPU com apoio das associações dos estados e do distrito federal, as emendas apresentadas pelo deputado Lincoln Portela (PL-MG) foram apresentadas e apoiadas pelos partidos. O texto das emendas trata da garantia da substituição e acumulação (Emenda n. 5) e da definição de carreiras típicas de Estado (Emenda n. 6).

Apesar do recesso do Congresso Nacional, a ANADEP, juntamente com as Associações Estaduais e Distrital, e o Fonacate, continuaram com os trabalhos legislativos. No dia 14 de julho houve reunião presencial com os deputados Zé Carlos (PT-BA) e Leonardo Picciani (MDB-RJ), em Brasília.

A presidente da ANADEP, Rivana Ricarte, participou, no dia 13 de agosto, de seminário estadual sobre a reforma administrativa (PEC 32/2020). O debate foi uma iniciativa da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), e ocorreu na Câmara Legislativa do DF.

A ADEP-MS (Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul) participou no dia 23 de agosto de audiência pública para discutir a PEC 32/20. O debate foi realizado pelos vereadores da Câmara Municipal de Campo Grande, por meio da Mesa Diretora da Casa de Leis.

Representantes da ANADEP, Associações Locais e das Defensorias Públicas Estaduais e do DF

reuniram-se, no dia 02 de setembro, para debater os principais pontos do substitutivo da PEC 32/2020, apresentado pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA) na comissão especial.

As Defensoras e Defensores Públicos fizeram um resumo sobre a mobilização da categoria em torno da matéria, ao lado do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate) e da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil).

Das 45 emendas apresentadas à proposta na comissão especial, o relator acolheu totalmente 7 e parcialmente 20. Se passar na Comissão Especial, a PEC 32 será analisada pelo Plenário. A aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados (308), em dois turnos de votação.

Nos dias 14 e 15 de setembro seriam para discussão do relatório apresentado no último dia 01/09, e o dia 16 estava prevista a votação. Na noite do dia 15, após encerrados os debates na Comissão Especial houve apresentação de novo texto pelo relator da PEC, deputado Arthur Maia (DEM-BA). No entanto, por falta de consenso entre as bancadas partidárias, a votação da PEC no Colegiado, que estava prevista para o dia 16, foi adiada para o dia 21 de setembro.

Representantes da ANADEP, das Associações Locais e do DF e do CONDEGE reuniram-se, na sede da entidade, em Brasília, para discutir as estratégias de acompanhamento da matéria. Na Câmara dos Deputados, Defensoras e Defensores acompanharam os debates. Houve visitas aos gabinetes dos(as) parlamentares para apresentar os principais pleitos da categoria. Os trabalhos também tiveram apoio da ANADEP e da DPU.

A ANADEP e as Associações Estaduais se mantiveram mobilizadas na Câmara dos Deputados em razão da discussão e votação da reforma administrativa (PEC 32/2020) na Comissão Especial. O texto base do parecer do relator Arthur Maia (DEM-BA) foi aprovado por 28 a 18 no dia 23 de setembro. Logo após, o Colegiado votou 21 destaques ao texto.

A PEC agora seguiu para análise do Plenário da Câmara dos Deputados. A aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados (308 votos), em dois turnos de votação.

As entidades do funcionalismo público têm dado continuidade às campanhas e atos contra a PEC 32.

Audiências de custódia por videoconferência

No dia 19 de abril, o Senado confirmou a derrubada parcial ao veto 56/2019, que barrava 24 dispositivos do pacote anticrime (Lei 13.964/2019). Sancionado no fim de 2019, o pacote anticrime trouxe diversas mudanças na legislação penal. Um dos vetos derrubados foi sobre as audiências de custódia. Após acordo fechado entre base e oposição, o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), anunciou o acordo para a derrubada do veto que trata da competência do juiz de garantias para audiências de custódia e da proibição de fazer audiência de custódia por videoconferência, entre outros pontos. O texto aprovado pelo Congresso determina ainda a realização de audiência com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública ou de advogado constituído.

Poder de Requisição

A ANADEP e o Condege ingressaram, no dia 18 de junho, com pedido de amicus curie na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6852. A ADI, protocolada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, questiona o poder de requisição das Defensorias Públicas.

Começou, no dia 27 de agosto, no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, o julgamento das ADIs 6877 e 6880 que questionam o poder de requisição das Defensorias Públicas. As Ações fazem parte do rol de 22 Ações Diretas de Inconstitucionalidade, protocoladas pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, contra dispositivos de leis estaduais que organizam a Defensoria Pública. A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) são amicus curiae nas ações.

Após articulação da ANADEP, ao lado do CONDEGE, da ANADEF e da DPU, o ministro Edson Fachin pediu vista e a matéria foi retirada de pauta do plenário virtual.

O ministro também pediu vista no julgamento das ADIS 6870, 6867, 6872, 6873, 6865 e 6871. O julgamento das ADIs iniciou no dia 1º de outubro. O ministro Gilmar Mendes, relator das matérias, votou pela procedência das ADIs.

O senador Fabiano Contarato (REDE-ES) lançou, em outubro, voto de louvor a favor do poder de requisição da Defensoria Pública. O voto de louvor é uma homenagem que o parlamento faz a alguém, por alguma ação da pessoa ou entidade. O posicionamento foi subscrito por vários outros senadores.

Após grande mobilização da categoria, o relator da ADI 6852, o ministro Edson Fachin, julgou improcedente o pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, e resguardou o poder de requisição das Defensorias Públicas. O julgamento virtual da matéria começou no dia 12 de novembro, mas foi interrompido por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

PL do Extrateto

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) anunciou, no fim do dia 1º de julho, pautas prioritárias de votação para os próximos 15 dias na Casa. A decisão foi tomada após reunião com as lideranças partidárias. Entre os projetos citados por Lira está o PL 6726/2016 (extrateto), que estava com sua tramitação parada na Câmara dos Deputados desde 2018. O PL prevê que os rendimentos recebidos não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, no valor de R\$ 39,2 mil. Ficam submetidos ao teto: vencimentos, salários, soldos, subsídios, verbas de representação, abonos, prêmios, adicionais, gratificações, horas extras, entre outras rubricas.

A ANADEP tem acompanhado o tema desde 2015, sempre apresentando nota técnica e dialogando com parlamentares. Nos dias 29 e 30 de junho, a diretoria da ANADEP se reuniu com o relator Rubens Bueno apresentando os pontos mais significativos para a classe, especialmente a questão da necessidade de manutenção e preservação do serviço da Defensoria Pública, que impactam na realização de substituição/acumulação e plantões. As Defensoras e Defensores entregaram, em mãos, nota técnica produzida pela entidade sobre o tema.

A ADEP-MS (Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul), representada por sua presidente, a Defensora Pública Linda Maria Silva Costa Rabello, juntamente com o CONDEG e a ANADEP, esteve na manhã do dia 13 de julho em Brasília, em encontro com o Deputado Federal Rubens Bueno (Cidadania-PR), relator do PL do Extrateto. Na ocasião, os representantes conseguiram 114 assinaturas para a emenda sobre substituição e diárias de plantão, em defesa da Defensoria Pública brasileira.

Até o momento não houve mais tramitações sobre esse assunto. A PL está aguardando apreciação pelo Senado Federal.

Medida Provisória nº. 1045/2021

Em agosto, a diretoria da ANADEP reuniu-se com senadoras e senadores para discutir os impactos da Medida Provisória nº. 1045/2021 na atuação da Defensoria Pública.

Originalmente, a MP tratava sobre a minirreforma trabalhista, no entanto, o texto sofreu acréscimos na Câmara dos Deputados e passou a limitar o acesso à justiça para pessoas com renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (R\$3.300,00). Foram incluídos ao texto os artigos 89, 90, 91 e o inciso III do artigo 93 que não têm qualquer relação com o texto original.

Com a chegada da matéria para deliberação pelo Senado, a diretoria da ANADEP elaborou nota técnica detalhando os problemas trazidos com a inclusão destes artigos.

Agora a MP 1.045/2021 será arquivada, pois foi Inadmitida quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

ADI 4636

O Supremo Tribunal Federal retomou, no dia 22 de outubro, o julgamento virtual da ADI 4636 e do RE 1.240.999, que tratam, respectivamente, da desvinculação das Defensoras e Defensores Públicos à OAB e da inexigibilidade de OAB para Defensoras e Defensores Públicos.

No começo de novembro, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a autonomia da Defensoria Pública e decidiu que é inconstitucional a exigência de inscrição nos quadros da OAB às defensoras e defensores públicos. A decisão foi tomada durante o julgamento do Recurso Extraordinário 1.240.999 e da ADI 4.636, que teve 9 votos a 2; e 10 votos a 1, respectivamente. A decisão tem repercussão geral.

O recurso extraordinário foi fruto de mandado de segurança impetrado pela Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos (APADEP). O relator foi o ministro Alexandre de Moraes que, durante o julgamento virtual da matéria, reafirmou que as atividades desempenhadas pelos defensores já são dispostas pelas Leis Complementares 80/1994 e 132/2009.

ADI 5644

Começou, no dia 18 de novembro, o julgamento da ADI 5644. De autoria da ANADEP, a ADI questiona a Lei Complementar 1.297/2017, do Estado de São Paulo, que vinculou parte do orçamento da Defensoria Pública estadual, correspondente a 40% do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ), à prestação de assistência jurídica suplementar por advogados privados.

O relator da ADI é o ministro Edson Fachin que, na ocasião, julgou procedente a ADI. “Entendo que a destinação, por lei, de percentual de Fundo de Assistência Judiciária para prestação de assistência judiciária suplementar equivale, na prática, a mutilação da autonomia funcional administrativa da Defensoria Pública”, pontuou em seu voto.

Seguiram o relator, os ministros Nunes Marques e Roberto Barroso. Divergiu o ministro Alexandre de Moraes. O julgamento foi suspenso e retomado na sessão ordinária do dia 24 de novembro.

Por 6 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria no julgamento da ADI 5644 para declarar inconstitucionalidade da Lei Complementar 1.297/2017, do Estado de São Paulo.

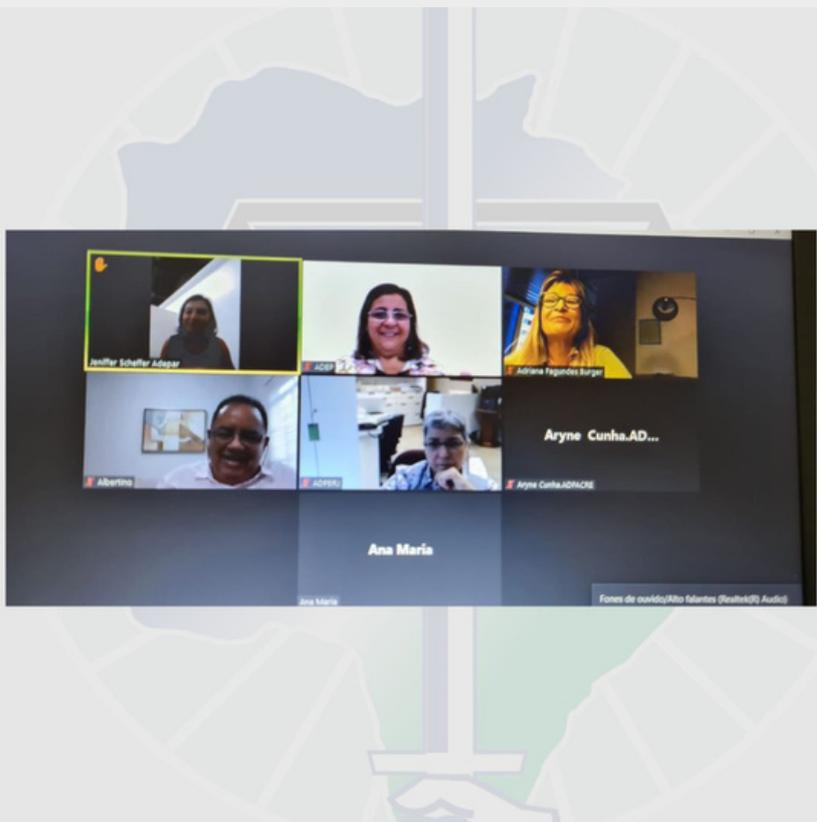
O Julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

ADI 4608

Começou, no dia 19 de novembro, no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, o julgamento da ADI 4608/2011. Proposta pelo Partido Social Liberal, a Ação suscita a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 105-A, 105-B e 105-C da Lei Complementar 132/2009, que dispõem sobre a ouvidoria externa das Defensorias Públicas Estaduais e do DF. O ministro Gilmar Mendes é o relator da ADI que declarou o pedido do PSL improcedente. De acordo com ele, não há singularidade regional ou especificidade local que justifique a impugnação da referida norma. “Afasto, portanto, a inconstitucionalidade formal dos dispositivos”.

O julgamento da ADI 4608/2011 foi suspenso por pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Atualmente, há 14 ouvidorias externas implantadas nos estados do Acre, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo. Até o momento, o julgamento está 2x0, com voto da ministra Cármen Lúcia, que acompanhou o entendimento do relator.

.....



A Defensora Pública Dra. Olga de Marco e o Defensor Público Dr. Albertino Henrique Gomes, participaram, no dia 26 de novembro, de uma reunião com a Diretoria de Aposentadas e Aposentados da ANADEP, para tratar do planejamento de atividades, oficina de manejo de tecnologia, projeto de resgate de memórias e outros assuntos.

Primeira reunião da nova Diretoria Executiva da ADEP-MS

A nova Diretoria da ADEP-MS se reuniu, de forma virtual, no dia 13 de dezembro de 2021 para tratar de assuntos importantes ligados a Associação.

Os temas abordados foram:

1. Informações sobre a posse e registro da ata de posse;

2. Reativação das contas bancárias e déficit econômico;

3. Definição de data de AGE/AGO para reforma do Estatuto, formação de comissão para estudos sobre a reforma;

4. Exposição e votação sobre moção de apoio às “constelações familiares aplicada ao Direito de Família” nas ações das DPEs;

5. Diárias do Hotel de Trânsito da ADEP-MS;

6. Campanha de Recuperação de associadas e associados, bem como a inclusão de novos membros em razão do concurso de Defensoras e Defensores Públicas que se realizará no final do mês de janeiro de 2022.

Em breve todos os assuntos serão detalhados e enviados para a ciência das associadas e associados da ADEP-MS.

.....



Primeira reunião administrativa com as colaboradoras terceirizadas e funcionários (as) da ADEP-MS

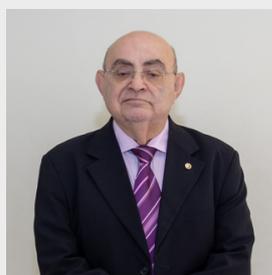


A Dra. Olga de Marco e a Dra. Darcy Terra se reuniram com as colaboradoras terceirizadas e com os (as) funcionários (as) da ADEP-MS para alinhar questões administrativas e organizacionais do novo biênio.

Na oportunidade, uma cesta de natal foi entregue a cada uma das terceirizadas e os (as) funcionários (as) receberam um crédito no vale alimentação.

Defensorar, uma escolha para a vida

Ao longo desse ano, a ADEP-MS contou algumas histórias das associadas e associados. Foram muitas lembranças lindas e opiniões fortes. Confira abaixo as Defensoras e Defensores Públicos que participaram do quadro e se quiser ler a matéria, acesse adepms.org.br



ADEP-MS

EM 2021, VOCÊ **BRILHOU!**

Brilhou pela luta em prol dos hipossuficientes, em um ano desafiador e cheio de incertezas.

Brilhou em casa, com a família, nos inspirando e trazendo a esperança que tanto quis se atenuar nos últimos meses.

Você é motivo de orgulho para a **ADEP-MS** (Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul)

Que 2022 venha repleto de saúde, amor, alegria, união e muitos abraços!

Esperamos poder voltar a comemorar da forma que tanto gostamos.

Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!



ADEP-MS

Novo convênio para Associadas, Associados e familiares



DUO
ESCOLA DE DANÇA



A DUO Escola de Dança agora faz parte da lista de convênios da ADEP-MS!

Associadas e Associados, esposos, esposas, filhas, filhos, netas e netos, têm 15% de desconto na mensalidade das aulas de dança no plano individual ou 20% de desconto no plano família, para duas ou mais pessoas da mesma família, pagos até a data de vencimento.

Homens que tenham interesse em aulas de ballet clássico têm direito a 100% de bolsa, e 50% para outras modalidades.

Os descontos não são cumulativos e não são válidos para aulas de personal.

A Escola oferece as modalidades de Ballet clássico - Baby Class ao Clássico Adulto; Centro Oficial de Exames - Royal Academy of Dance; Street Dance; Ballet Fusion e Jazz Adulto.

A DUO Escola de Dança fica na Rua da Paz, 693 - Jd dos Estados. Para saber mais, entre em contato diretamente com a Escola pelo telefone (67) 3029-2409, se identificando como associada/associado ou dependente!

CONVÊNIOS



TEM +
Vantagens!

A plataforma conta com convênios nacionais e locais como escolas, universidades, clubes, academia e empresas em todo o Brasil.

Acesse:

<https://anadep.temvantagens.com.br/login>



Desconto especiais para associados.

Avenida Rouxinol, 520

Mais informações: (67) 99982-5200

baronesabarbearia@hotmail.com



Oferece aos associados e dependentes, de forma acessível, a oportunidade de atualização profissional e de conhecer a fundo as mudanças legislativas.

Em breve novos cursos serão disponibilizados com descontos especiais.



Desconto de 15% em locação (aniversariante ganha 20%) e 5% em bebida.

Mais informações: (67) 99325-0629

www.bebifestas.com.br

CONVÊNIOS



Campo Grande - 10% de desconto no pedido do cardápio Delivery e 5% nas promoções diárias. São diversas opções de carnes, massas, porções, salgados e tortas. Também produzem caixas de frios e queijos decorados, excelentes para presentear aquela pessoa especial.

Ligue: (67) 99985-5994



Creci 281-J

Facilidades na aquisição de imóveis.

Mais informações: (67) 3025-4411



CAMPO GRANDE - MS

10% de desconto nos cursos regulares e 50% de desconto na matrícula

Mais Informações: (67) 3321-0339



10% de desconto em qualquer produto, parcelamento em até 5x sem juros

Mais informações: (67) 3029-8535



Convênio para todo o Mato Grosso do Sul

Tenha o Melhor plano odontológico do Brasil!

Plano Individual, Familiar ou Empresarial

Mais informações: (67) 3029-8040 Acesse:

<https://www.uniodontocoop.br/>

CONVÊNIOS



15% de desconto nos segmentos: ótica, joias e relógios - BADULAQUE / INEL CLASSIC / IMPULSE GLAMOUR / ÓTICA LUNETTES

Mais informações: (67) 3382-7000

R. Euclídes da Cunha, 89 - Centro de Campo Grande



Desconto especial de 15% nos serviços em Campo Grande

Mais informações: (67) 3326-2803

5asec.com.br



Desconto especial de 15% e serviço de coleta e entrega sem cobrança de taxa.

Mais informações: (67) 3028-3010

R. 13 de Junho, 500 - Centro de Campo Grande



Oferece 10% de desconto em qualquer produto para consumo local ou delivery. No primeiro pedido, de qualquer valor, o associado já garante R\$ 20 de desconto.

Rua Rio Grande do Sul, 654, Jd. dos Estados.
(67) 99281-1138 (67) 3201-8625



Como associado (a) você ganha 20% de desconto na sessão (virtual ou presencial).

Agende uma consulta pelo (67) 99913-4743.

CONVÊNIOS



Cervantes
Barbearia

Corte de R\$ 45 por R\$ 40. Combo barba e cabelo de R\$ 78 por R\$ 75.

Av. Arq. Rubens Gil de Camillo, 114, Chácara Cachoeira Seg a Sex 9h às 19h30 e Sáb das 9h às 17h (67) 3253-0114 / (67) 99117-5435

Barber ★
Cartel®
CLUB

Serviços com descontos especiais para serem desfrutados no local.

Mais informações: (67) 3211-3809

Conheça:

<https://www.instagram.com/barbercartelclub/?hl=pt-br>



Desconto de 10% na diária para associados da ADEP-MS.

Para garantir o desconto, é preciso solicitar a reserva por meio da secretaria da ADEP-MS.

Mais informações: (67) 98133-1197 ou (67) 3342-2413.

aline
GIMELLI

Descontos especiais para associadas e associados da ADEP-MS: 20% em procedimentos estéticos e 10% no microagulhamento. Agende seu horário (67) 99635-6936

Acesse: <https://www.alinegimelli.com.br/>



CARRETTÊRO



EST. 2016

Dourados – MS

Associadas e associados têm benefício de 10% de desconto para pedidos Delivery e 15% para consumo no local. Conheça o cardápio e promoções pelo Instagram @ocarrettero.

Mais informações: (67) 99923-4816